

RECLAMAÇÃO Nº 37.379 - SP (2019/0040302-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECLAMANTE : PAULO ROBERTO BRUNETTI
ADVOGADOS : ROGÉRIO LUIS ADOLFO CURY - SP186605
DANIELA MARINHO SCABBIA CURY - SP238821
LUIZA GUEDES PIRAGINE E OUTRO(S) - SP374631
RECLAMADO : JUIZ FEDERAL DA 1A VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIARIA
DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de Reclamação ajuizada por PAULO ROBERTO BRUNETTI na qual aponta como reclamado o JUÍZO FEDERAL DA 1.^a VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP que, nos autos da Ação Penal n.º 0002707-72-2016.4.03.6106, teria descumprido a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça no AREsp 1.309.647/SP.

Narra o Reclamante que, juntamente com corréus, foi denunciado pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 171, § 3.º, c.c o art. 299 e art. 304, c.c o art. 297, todos do Código Penal. O Juízo de primeiro grau, ao deliberar sobre o recebimento da denúncia, entendeu que os fatos nela narrados, na verdade, estariam capitulados no art. 1.º, inciso, I, da Lei n.º 8.137/1990, e rejeitou a peça acusatória, por ausência de justa causa, nos termos da Súmula Vinculante n.º 24 do STF. Interposto Recurso em Sentido Estrito pelo Ministério Público Federal, a decisão foi cassada pelo Tribunal Regional Federal da 4.^a Região. O Reclamante, então, interpôs Recurso Especial, que foi inadmitido pelo referido Tribunal. Manifestado Agravo, o Superior Tribunal de Justiça, em 28/8/2018, por meio de decisão da lavra da Exma. Sra. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, dele conheceu para prover o Recurso Especial e "*restabelecer a decisão de primeiro grau na parte em que procedeu à adequação típica quanto ao delito descrito no artigo 1.º, inciso I, da Lei n. 8.137/90, rejeitando a denúncia neste ponto*" (fl. 79). O *Parquet* interpôs agravo regimental, ainda pendente de julgamento.

Não obstante o Juízo de primeiro grau – desacolhendo inclusive manifestação do Ministério Público Federal que perante ele oficia –, determinou a abertura da instrução criminal para o dia 31/01/2019. Adiada a audiência para o dia

06/02/2019, esta se realizou nessa data, tendo o Magistrado, segundo o Reclamante, afirmado que *"a decisão do E. Superior Tribunal de Justiça não faria coisa julgada, o que não importaria na suspensão da instrução"* (fl. 7). Na sequência, determinou a apresentação de alegações finais.

Alega a presença do *fumus boni iuris*, diante da decisão do Superior Tribunal de Justiça que restabeleceu a rejeição da denúncia, bem assim o perigo na demora, pois *"é patente o risco de encerramento do processo e eventual prolação de sentença mesmo com determinação de rejeição da denúncia prolatada pelo C. Superior Tribunal de Justiça"* (fl. 9).

Pede o deferimento da liminar, para que seja suspensa a ação penal, até o julgamento do mérito da presente Reclamação.

É o relatório.

Defiro.

A deliberação do Juízo de origem, apontada como reclamada, tem o seguinte teor (fl. 1.027):

"Indefiro requerimento formulado pela defesa do coacusado Paulo Roberto Brunetti de 'trancamento' ou 'suspensão do presente feito', por força da decisão proferida pelo STJ no AREsp nº 1.309.647/SP, mesmo com a manifestação favorável pelo MPF às fls. 1071/1072v, porquanto não há coisa julgada sobre tal questão, nem tão pouco decisão do STJ, por meio da Ministra Relatora do referido recurso de suspensão, por ora do presente feito criminal, ou seja, não há que se falar, por ora 'descumprimento de decisão do STJ'. De forma que, o processo terá seguimento com a instrução criminal, sem prejuízo deste Juízo Federal examinar a questão após o encerramento da presente audiência no que se refere à alegação de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, por força de parcelamento realizado junto ao fisco federal, mormente diante da falta de documento do referido fisco do parcelamento estar homologado e em dia."

Estão presentes os pressupostos da medida urgente.

Pela leitura da decisão do Juízo de primeiro grau que rejeitara a denúncia (fls. 38-52), restabelecida pelo Superior Tribunal de Justiça no AREsp n.º 1.309.647/SP, constata-se que o Magistrado singular entendera que todos os fatos imputados ao Reclamante, embora viessem capitulados em diversos tipos penais, na verdade, diziam respeito tão-somente ao crime do art. 1.º, inciso I, da Lei n.º 8.137/1990. Assim,

modificou a tipificação e rejeitou integralmente a exordial, nos termos da Súmula Vinculante n. 24 do STF.

Nesse contexto, afigura-se, numa primeira análise, que a abertura da instrução criminal e o prosseguimento da Ação Penal, em relação ao Reclamante, desrespeitaria a decisão proferida por esta Corte Superior no referido Agravo em Recurso Especial.

Outrossim, embora esteja pendente de julgamento o agravo regimental manifestado pelo Ministério Público Federal contra a decisão proferida no AREsp 1.309.647/SP, deve-se observar que o referido recurso interno não possui efeito suspensivo. Portanto, enquanto não for julgado, a decisão que prevalece é a que deu provimento ao recurso especial. Os autos do referido Agravo encontram-se, atualmente, na Coordenadoria de Processamento dos Feitos de Direito Penal.

Presente está, portanto, a plausibilidade jurídica do pedido.

O perigo na demora também é evidente, uma vez que, inclusive, já foram realizados atos de instrução criminal, após a prolação da decisão desta Corte Superior.

Ante o exposto, DEFIRO a liminar para, em relação ao Reclamante, suspender a tramitação da referida Ação Penal, até o julgamento do mérito da presente Reclamação.

Solicitem-se informações ao Juízo Reclamado, a serem prestadas no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do inciso I do art. 989 do Código de Processo Civil e o inciso I do art. 188 do RISTJ.

Cite-se o Ministério Público Federal, interessado, que terá o prazo de 15 (quinze) dias para contestar, nos termos do inciso III do art. 989 do Código de Processo Civil e do inciso III do art. 188 do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora